

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	F.DGPC.13.00	1/5

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
Unidade Requisitante*:	DARAD	Número do Processo*:	2025-109935

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		Houve Publicação de Designação?		SIM
Responsável Requisitante*:	FÁBIO ZUAZO MAIA RIBEIRO	Lotação*:	DARAD	
Responsável DGC*:	GILSON ANDRADE DO NASCIMENTO	Lotação*:	DGC	
DEMAIS MEMBROS (em caso de publicação de equipe de planejamento no DJE)				
Presidente:	FÁBIO ZUAZO MAIA RIBEIRO	Lotação*:	DARAD	
Servidor Integrante 1:	JÚLIO ALEXANDRE SOARES SOUZA	Lotação*:	DINFRA	
Servidor Integrante 2:	PAULO VITOR RAMOS DE ANDRADE	Lotação*:	SUBDIREÇÃO	
Servidor Integrante 3:	GILSON ANDRADE DO NASCIMENTO	Lotação*:	DGC	
Servidor Integrante 4:	CHRISTIANO ROSSINI MARTINS COSTA	Lotação*:	DIATI	

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA (Preenchimento Obrigatório)
<p>Quais as justificativas e/ou motivos para esta contratação, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público?</p> <p>O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas possui vigente o contrato nº 15/2020 assinado com a empresa TELEMAR/OI para prestação de serviços de telefonia fixa comutada local para o Poder Judiciário de Alagoas, garantindo a comunicação entre as unidades do Poder, com outros Poderes e entre o Órgão e seus jurisdicionados.</p> <p>Ocorre que tal contratação está em sua prorrogação excepcional, cuja vigência se encerra em 07 de maio de 2026, motivo pelo qual se faz necessário realizar uma nova licitação para contratação de empresa que possa garantir a continuidade do serviço de comunicação de voz, que é fundamental para o funcionamento do Poder Judiciário de Alagoas.</p> <p>Nesse contexto está inserida também a necessidade de modernização da tecnologia utilizada, tendo em vista que a tecnologia analógica vem sendo desativada pelas operadoras do estado, sendo substituídas por tecnologias móveis e ou com utilização de dados, como exemplo da própria TELEMAR/OI que vem mantendo a atual contratação com a condição de migração dos serviços analógicos para os digitais, por não mais estar dando suporte ao modelo antigo de negócio.</p> <p>Atualmente, toda a comunicação por voz do Poder Judiciário de Alagoas é realizada de forma digital, por meio do sistema VoIP e pela conversão dos entroncamentos E1 contratados para o sistema SIP por meio de gateways disponibilizados pela operadora.</p> <p>Por envolver soluções de TIC, foi solicitada a designação de servidor da área para compor a equipe de planejamento, pois a nova solução depende da disponibilidade de rede de dados contínua, sendo indispensável a atuação da área tanto para o fornecimento das informações técnicas relevantes quanto para que se possa chegar a melhor solução, considerando a infraestrutura física e capacidade de transferência de dados disponível no Órgão.</p> <p>Além disso, a solução deverá considerar todo o parque tecnológico já existente, evitando novas aquisições, quando desnecessárias, economizando assim os recursos disponíveis.</p> <p>Neste sentido, este estudo técnico preliminar objetiva ser instrumento crucial para a identificação das necessidades e definição das soluções disponíveis no mercado, garantindo a continuidade da prestação do serviço e a economia dos recursos disponíveis.</p>

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Preenchimento Obrigatório)
<ul style="list-style-type: none"> Quais os requisitos necessários ao atendimento da necessidade? Quais os padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa? Esta contratação tem caráter continuado? Justifique. Qual deverá ser a duração inicial do contrato? Justifique. <p>A solução encontrada deverá:</p> <p>1 – Garantir a continuidade dos serviços de comunicação de Voz do TJAL, tendo em vista que o contrato nº 15/2020 chegará ao final de sua vigência em maio de 2026;</p> <p>2 - Aprimoramento da comunicação por voz nas unidades judiciárias do TJAL para garantir eficiência e confiabilidade nas</p>

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	F.DGPC.13.00	2/5

interações;

3 - Assegurar que os serviços de comunicação de voz serão prestados com uma maior qualidade, uma redução de inconstâncias no sistema, bem como uma estrutura atualizada e segura;

4 - Reserva de largura de banda suficiente para atual demanda e para futuras expansões visando à universalização do acesso à Justiça;

5 - Melhoria da disponibilidade, rapidez e operacionalidade dos sistemas do Poder Judiciário;

6 - Manutenção da continuidade dos serviços judiciários, essenciais em um ambiente jurídico, através de conexões redundantes que evitem interrupções por problemas de conectividade;

7 - Fornecer uma solução de comunicação de voz única e integrada, por meio de solução centralizada de VoIP a fim de simplificar a gestão, reduzir custos operacionais e garantir a consistência e padronização, facilitando a integração escalabilidade e segurança para o ambiente de comunicação VoIP do TJAL;

8 - Possibilitar a gravação de chamadas e a análise da qualidade das comunicações, permitindo que, em caso de necessidade, as gravações possam ser solicitadas e revisadas. Essas funcionalidades são essenciais para assegurar que todas as comunicações atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos pelo TJAL;

9 – Garantir a utilização racional do parque tecnológico já existente no TJAL, evitando o dispêndio de recursos que poderiam ser alocados em outras áreas essenciais ao Poder Judiciário;

10 - Em relação ao serviço dos links de comunicação, trata-se de uma solução altamente especializada que envolve diferentes tipos de tecnologias com funcionalidades e aplicações diversas. Entretanto, como será entregue pela CONTRATADA como um serviço a este tribunal, não se faz necessário treinamento técnico na solução a ser adotada. Toda a atividade operacional e de manutenção proativa ficará a cargo da CONTRATADA, cabendo à equipe técnica deste tribunal apenas a fiscalização do contrato para verificar se os serviços contratados estão sendo entregues a contento. Caso necessário, os ajustes finos e configurações nas redes internas das unidades da capital e do interior serão realizados pelos colaboradores de suporte de empresa contratada para este fim;

11 – Atendimento a toda a legislação Federal e Estadual, bem como às normas técnicas aplicáveis ao objeto contratado.

12 - O Serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;

13 - Todo o serviço de manutenção preventiva e corretiva deverá estar disponível durante os 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias do ano, na modalidade 24x7;

14 - O Acordo de Nível de Serviço - ANS será medido através de indicadores que possibilitarão o seu devido monitoramento e consistem de sua descrição, a fórmula de cálculo para medi-lo, unidade, periodicidade de aferição ou medição, relatórios de níveis de serviço, penalidade por não-conformidade e o respectivo nível de serviço requisitado, como parâmetro mínimo de qualidade na prestação do serviço.

A contratação deverá ter caráter continuado em virtude do seu objeto ser disponibilizado ininterruptamente, sendo também essencial à prestação dos serviços do Poder Judiciário.

A duração da contratação deverá ser de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogada até o limite máximo decenal, conforme Lei nº 14.133/2021.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

- Descreva quais as soluções disponíveis no mercado para o atendimento da necessidade verificada pelo IFRS (fornecedores, produtos, fabricantes, contratações de outros órgãos, etc). Caso haja restrição de mercado, avaliar se os requisitos que possam limitar a participação são realmente indispensáveis.
- Pode ser realizada consulta pública com potenciais contratadas, para coleta de informações.

As empresas de telefonia fixa estão em um processo contínuo de substituição da antiga fiação de cobre por cabos de fibra óptica no Brasil. Esse movimento faz parte de uma modernização tecnológica e da mudança do regime de concessão pública para o modelo privado de serviços de telecomunicações.

- Dentre os motivos identificados para o abandono dessa tecnologia e substituição por fibra óptica, estão:
- Tecnologia Superior: A fibra óptica oferece maior velocidade de transmissão de dados e mais estabilidade de sinal em longas distâncias em comparação com o cobre.
- Eficiência e Custo: A manutenção da rede de cobre é cara e ineficiente. A Oi, por exemplo, começou a retirar e vender

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	F.DGPC.13.00	3/5

suas redes de cobre como sucata.

- Fim das Concessões: As grandes operadoras, como Vivo (Telefônica) e Oi, estão migrando seus serviços de telefonia fixa de um regime de concessão pública (que as obrigava a manter a infraestrutura de cobre) para um regime privado. Isso lhes permite desativar a rede antiga. A Vivo prevê concluir a desativação até 2028 em alguns locais.
- Demanda por Banda Larga: O foco do mercado mudou da telefonia fixa tradicional para serviços de banda larga de alta velocidade, que são melhor suportados pela fibra óptica.

A pesquisa realizada no mercado, principalmente o relacionado às contratações públicas, mostrou que os órgãos públicos no Brasil estão migrando dos sistemas legados de cobre para soluções modernas de telefonia baseada em IP (Protocolo de Internet) e fibra óptica. Neste sentido, o TJAL já está adaptado, tendo em vista que toda a comunicação de telefonia fixa existente nas unidades é baseada em entroncamentos E1, convertidos para IP (SIP) por meio de gateways instalados pela operadora.

As principais soluções adotadas incluem:

- Voz sobre IP (VoIP): Esta é a tecnologia central da transição. O VoIP permite que as chamadas telefônicas sejam feitas pela internet, em vez de linhas telefônicas analógicas tradicionais. Isso oferece maior flexibilidade, redução de custos e a possibilidade de integrar a comunicação a outras aplicações digitais.
- Infraestrutura de Fibra Óptica: Para suportar o VoIP e outros serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) de alta demanda, os órgãos públicos estão investindo em redes internas e externas de fibra óptica, que oferecem maior velocidade e estabilidade.
- Comunicações Unificadas (UC): Muitos órgãos estão implementando plataformas de comunicações unificadas, que integram voz, chat, e-mail, videoconferência e outras ferramentas em um único sistema. Isso otimiza a comunicação interna e externa, aumentando a eficiência operacional.
- Serviços Gerenciados e em Nuvem: Em vez de manter infraestruturas de telecomunicações complexas, muitos órgãos contratam serviços gerenciados ou baseados em nuvem (cloud) de operadoras e provedores de soluções. Isso transfere a responsabilidade pela manutenção e atualização tecnológica para o fornecedor.
- Tecnologia Sem Fio (WLL) e Satélite: Em locais remotos ou de difícil acesso, onde a implementação de fibra óptica é inviável, os órgãos públicos podem utilizar tecnologias sem fio (WLL - Wireless Local Loop) ou até mesmo comunicação via satélite para garantir a conectividade, como a Oi fez com alguns orelhões em áreas isoladas.

O TJPB, TJMA e o TJMT são exemplos de tribunais estaduais que já migraram o parque tecnológico para o sistema VoIP.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Preenchimento Obrigatório)

- Descreva a solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração.
- Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

Contratação de empresa especializada para prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), com fornecimento de troncos digitais (PRI/E1) e troncos IP (SIP Trunk), incluindo portabilidade numérica, ativação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e monitoramento 24x7, com conversão assistida dos atuais entroncamentos E1 convertidos para SIP por meio de gateways, sem descontinuidade do serviço e sem ônus adicional, conforme especificações e quantidades deste Termo e Anexos.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (Preenchimento Obrigatório)

- Qual a estimativa de quantidades? Indique o ID que contém a planilha definitiva.
- Descreva o método de levantamento da estimativa das quantidades a serem contratadas, incluindo memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte (contratos anteriores, experiências de outros órgãos...), de modo a possibilitar a economia de escala.

A estimativa inicial chegou ao quantitativo de 06 (seis) entroncamentos E1 para Maceió, 1 (um) para Arapiraca, 1 (um) para São Luiz do Quitunde, 01 (um) para Palmeira dos Índios, 01 (um) para São Miguel dos Campos e 01 (um) para Penedo. Essa estimativa considera os links que atualmente são disponibilizados pela empresa TELEMAR/OI, e que são suficientes para garantir o funcionamento do sistema VoIP em todas as unidades do Poder Judiciário de Alagoas.

Esse quantitativo poderá ser ampliado ou reduzido, a depender da otimização que seja realizada durante a execução

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	F.DGPC.13.00	4/5

contratual.

Os links serão E1, com sinalização R2 digital e SIP, com operadora fornecendo o Gateways. A distribuição será definida no termo de referências.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Preenchimento Obrigatório)

- Demonstre a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Obs: neste documento a pesquisa pode ser breve, estimativa e referencial. A cotação de preços será realizada pelo Departamento Central de Aquisições e anexada posteriormente ao processo (mapa comparativo e documentos comprobatórios - pesquisas). conforme Art. 28, VIII, do Ato Normativo nº 19/2020

O valor da contratação será estimado após realização de cotação de preços pelo DCA.

A contratação atual, nos moldes praticados, custa ao TJAL R\$676.292,70 (seiscentos e setenta e seis mil duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos) anualmente.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Preenchimento Obrigatório)

- O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- A definição e o método para avaliar se o objeto é divisível, deve levar em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:
 - Ser técnica e economicamente viável;
 - Que não haverá perda de escala; e
 - Que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.
- Com base nos estudos acima, a licitação será dividida em lotes ou em itens separados? Justifique.

A solução não deverá ser parcelada considerando que o sistema deverá funcionar de forma centralizada, evitando a oferta de soluções incompatíveis e gerando economia processual e de recursos humanos para o Poder Judiciário de Alagoas.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- Há necessidade de contratações/aquisições correlatas?
- Realizar levantamento de ações necessárias à adequação do ambiente do Poder Judiciário de Alagoas para que a contratação surta seus efeitos, com os responsáveis por estes ajustes nos diversos setores (por exemplo: capacitações necessárias, aquisição de materiais, reformas...). Caso haja ações necessárias, juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

Será necessária a contratação de empresa para realizar a manutenção dos sistemas internos de telefonia do TJAL.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Preenchimento Obrigatório)

- Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do Poder Judiciário de Alagoas, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações (PAC) ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;
- Se a contratação não estiver prevista no PAC, foi previamente aprovada pela autoridade competente?

A contratação está alinhada com o planejamento do TJAL estando prevista no PCA 2026 sob o item 93.

RESULTADOS PRETENDIDOS

- Quais resultados pretende-se alcançar com esta contratação, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável?

- Eficiência Operacional e Continuidade do Serviço;
- Redução de Custos e Otimização de Recursos;
- Portabilidade dos números existentes;
- Segurança e conformidade.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Havendo contrato vigente no TJAL para o mesmo objeto, há a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas?

Migração da atual configuração de telefonia para o sistema da nova operadora.

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	F.DGPC.13.00	5/5

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- Há a possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade na contratação, desde a especificação técnica até como obrigações da contratada (verificar no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU e Guia de Contratações Sustentáveis do TJAL)?
- Quais os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação?

- Toda documentação técnica necessária à instalação e operação dos produtos deve ser disponibilizada em língua portuguesa do Brasil, podendo ser em meio físico ou digital.
- Os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize equipamentos recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- As contratações de TIC devem observar em todas as fases do procedimento licitatório, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.
- Nenhum dos produtos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através de certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atinge as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação. Tal comprovação pode ser através do manual do produto ou documentação contida em site do fabricante do produto.
- Os equipamentos devem estar aderentes à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

APERFEIÇOAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Foi visitado o mapa de riscos da contratação anterior para identificação de falhas e aperfeiçoamento da contratação seguinte?
- Quais pontos foram melhorados em relação à contratação anterior?

A contratação anterior não possuía mapa de riscos.

A nova contratação estará alinhada com a Lei 14.133/2021, bem como será voltada à tecnologia VoIP.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (Preenchimento Obrigatório)

Esta equipe de planejamento declara **ser viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Art. 28, XV e XVI do Ato Normativo TJAL nº 19 de 27 de março de 2023.

ASSINATURAS

- Quando tiver Equipe de Planejamento instituída por portaria ou Ordem de Serviço, sugere-se a assinatura por todos os membros. Não sendo possível, a assinatura do coordenador da equipe é obrigatória.
- Não tendo equipe de planejamento constituída, é obrigatória a assinatura da autoridade da Área Requisitante e Técnica (se houver).

ASSINATURA DOS MEMBROS DESIGNADOS ATRAVÉS DE PUBLICAÇÃO NO DJE

<p>GILSON ANDRADE DO NASCIMENTO: 93046</p> <p>Assinado de forma digital por GILSON ANDRADE DO NASCIMENTO:93046 Dados: 2025.12.16 10:31:20 -03'00'</p>	<p>FABIO ZUAZO MAIA RIBEIRO:93084</p> <p>Assinado de forma digital por FABIO ZUAZO MAIA RIBEIRO:93084 Dados: 2025.12.16 14:44:50 -03'00'</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p>gov.br JULIO ALEXANDRE SOARES DE SOUZA Data: 18/12/2025 09:42:49-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>
<p>PAULO VITOR RAMOS DE ANDRADE:97945</p> <p>Assinado de forma digital por PAULO VITOR RAMOS DE ANDRADE:97945 Dados: 2025.12.18 10:06:11 -03'00'</p>		